

AUTISMO E SEXUALIDADE: METODOLOGIAS LÚDICAS PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

AUTISM AND SEXUALITY: PLAY METHODOLOGIES FOR MEANINGFUL LEARNING

*Priscila Silva¹
Paula Tanara Boroski Lunardi²
Hildegard Susana Jung³*

RESUMO

Um dos temas que ainda encontra resistência na contemporaneidade consiste na sexualidade. Quando se trata da sexualidade de indivíduos com autismo, esta resistência alcança uma complexidade ainda maior. Considerada uma síndrome, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) acarreta déficits no processamento sensorial, ou seja, dificuldades no processamento e utilização de informações sensoriais (tátil, visual, gustativa, olfativa, auditiva, proprioceptiva e vestibular), para a regulação da natureza e intensidade das respostas fisiológicas, motoras, afetivas e/ou de atenção, que interferem no comportamento e participação em atividades da vida diária. A partir desse cenário, este trabalho aborda o lúdico como estratégia para nortear a educação sexual de crianças com diagnóstico de (TEA). A ludicidade tem ocupado um espaço significativo como suporte de aprendizagem para o desenvolvimento das potencialidades afetivas, criativas, emocionais, cognitivas, e sociais da criança e como elemento facilitador da aprendizagem. O objetivo do artigo consiste em refletir sobre como os profissionais da área da saúde, a exemplo do psicólogo e terapeuta ocupacional, podem utilizar a ludicidade ao abordar a sexualidade. Para tal foi realizado um estudo de abordagem qualitativa, de tipo descritivo e exploratório, com uso de um questionário. Participaram da pesquisa trinta responsáveis por crianças diagnosticadas com TEA. Os dados sinalizaram que: a) as atividades lúdicas podem desenvolver o relacionamento interpessoal; b) estimulam a criatividade e o desenvolvimento pessoal; c) as intervenções lúdicas atuam de forma positiva na integração de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista. Conclui-se que as metodologias lúdicas em contexto clínico contribuem para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, emocional e social da criança.

Palavras-chave: Ludicidade; Sexualidade; Terapia ocupacional; Aprendizagem.

ABSTRACT

One of the themes that still finds resistance in contemporaneity is sexuality. When it comes to the sexuality of individuals with autism, this resistance reaches even greater complexity. Considered a syndrome, Autistic Spectrum Disorder (ASD) causes deficits in sensory processing, that is, difficulties in processing and using sensory information (tactile, visual, gustatory, olfactory, auditory, proprioceptive and vestibular) for the regulation of nature and intensity of physiological, motor, affective and/or attention responses that interfere with behavior and participation in activities of daily living. From this scenario, this work approaches playfulness as a strategy to guide the sexual education of children diagnosed with Autistic Spectrum Disorder (ASD). Playfulness has occupied a significant space as a learning support for the development of the child's affective, creative, emotional, cognitive, and social potential and as a facilitator of learning. The aim of the article is to reflect on how health professionals, such as psychologists and occupational therapists, can use playfulness when addressing sexuality. To this end, a study with a qualitative approach, of a descriptive and exploratory type, was carried out, using a

¹Centro Especializado em Reabilitação (CER) da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. Rua Dr. João Daniel Hilebrand, 2200 - Rondônia, Novo Hamburgo – RS. E-mail: priscila.sev@gmail.com. Possui experiência na área de Psicologia, com ênfase em promoção e prevenção da saúde, desenvolvimento pessoas, gestão e análise dos indicadores da área, propondo melhorias no acompanhamento dos dados. Pesquisadora da metodologia Lego Serious Play. Psicóloga no Centro Especializado em Reabilitação (CER) da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

²Centro Especializado em Reabilitação (CER) da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. Rua Dr. João Daniel Hilebrand, 2200 - Rondônia, Novo Hamburgo – RS. E-mail: paula.lunardi@gmail.com. Possui graduação em Terapia Ocupacional e graduação em Letras - Português e Literaturas. Especialização em Reabilitação Físico-Motora, em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família e em TEA - Transtorno do Espectro Autista. Atualmente é terapeuta ocupacional do Centro Especializado em Reabilitação Novo Hamburgo - CER IV Novo Hamburgo.

³Universidade La Salle. Avenida Vitor Barretto, 2288, Centro, Canoas - RS. E-mail: hildegardsjung@gmail.com. Doutora em Educação. Mestre em Educação, Psicopedagoga e especialista em docência no ensino superior. Docente do Curso de Pedagogia, coordenadora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle Canoas, RS. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Gestão Educacional nos diferentes contextos, certificado pelo CNPq.

questionnaire. Thirty guardians of children diagnosed with ASD participated in the research. The data indicated that: a) recreational activities can develop interpersonal relationships; b) stimulate creativity and personal development; c) playful interventions act positively in the integration of children diagnosed with Autistic Spectrum Disorder. It is concluded that playful methodologies in a clinical context contribute to the child's cognitive, affective, emotional and social development.
KEYWORDS: Playfulness; Sexuality; Occupational therapy; Learning.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade ainda é um dos assuntos mais difíceis de ser pensado e discutido atualmente. Cercada por preconceitos, mitos e tabus, ela se torna ainda mais complexa quando a discussão remete ao indivíduo com transtorno de Espectro Autista.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) refere-se a uma série de condições caracterizadas por desafios com habilidades sociais, comportamentos repetitivos, fala e comunicação não-verbal, bem como por forças e diferenças únicas (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Não há só um tipo de autismo, mas graduações dentro desse transtorno de desenvolvimento. Um espectro abrange diferentes graduações, intensidades. O TEA é, muitas vezes, caracterizado como transtorno invasivo do desenvolvimento caracterizado por déficits na interação social e na comunicação, apresentando repertório de atividades e interesses repetitivos e estereotipados que podem estar acompanhados de problemas cognitivos que podem variar em grau (BACKES, ZANON e BOSA, 2013). Para Gadia e Rotta (2016) os TEA são parte de um grupo de distúrbios da socialização com início precoce na infância e geralmente possuem desenvolvimento crônico.

Autismo é um transtorno de desenvolvimento. Não pode ser definida simplesmente como uma forma de deficiência intelectual embora muitos quadros de autismo apresentem QI abaixo da média. Os sintomas variam amplamente, o que explica por que atualmente refere-se ao autismo como um espectro de transtornos; o autismo manifesta-se de diferentes formas, variando do mais alto ao mais leve comprometimento. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1987).

Um dos maiores comprometimentos do desenvolvimento das pessoas com TEA são os déficits no processamento sensorial, ou seja, as dificuldades no processamento e utilização de informações sensoriais (tátil, visual, gustativa, olfativa, auditiva, proprioceptiva e vestibular), para a regulação da natureza e intensidade das respostas fisiológicas, motoras, afetivas e/ou de atenção, que interferem no comportamento e participação em atividades diárias (BOSA, 2013).

Segundo a teoria de Vygotsky, o desenvolvimento infantil se dá pela interação da criança com o meio, ou seja, a criança precisa explorar o que está a sua volta para aprender e depois se desenvolver. Quando brinca a criança aprende os conceitos de bem e mal, desenvolve ideias, relaciona o real e o imaginário, expressa sentimentos etc. O papel ocupacional da criança está no brincar, portanto, é preciso brincar para adquirir a capacidade de aprender e resolver conflitos, construir habilidades sociais, emocionais, de vida diária, e passar por essas experiências é de extrema importância para o seu desenvolvimento.

As crianças constroem o lúdico, por meio de jogos e brinquedos através de sua relação e interação com outras pessoas e com o ambiente em que vivem. Quando o lúdico é aplicado de forma eficiente, ele

pode contribuir com o aprendizado das crianças e, também, pode ser uma ferramenta muito valiosa para os educadores, ao tornar as aulas mais estimulantes, dinâmicas e prazerosas. O brincar é a principal forma utilizada pela criança para comunicar-se, expressar-se, relacionar-se e aprender. Contribui de maneira singular para o atendimento a crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), trazendo formas espontâneas de intervenção nas demandas, déficit e dificuldades apresentadas por elas. O brincar em suas propostas lúdicas vem contemplar o grande número de manifestações do espectro, buscando atender cada criança, em suas particularidades, através do jogo coletivo e individual. Dessa forma, metodologias Lúdicas de ensino auxiliam de uma maneira lúdica a aprendizagem de assuntos a serem desenvolvidos através de uma forma divertida, buscando atrair a atenção dos jogadores. Entende-se que o lúdico é um contato educacional, para que o sujeito enfrente os obstáculos durante o processo do ensino-aprendizado. A atividade lúdica, contempla uma aprendizagem mais efetiva, pois chama a atenção de um determinado assunto, possibilitando assim uma discussão ampla entre todos os envolvidos

A reinvenção das linguagens ocorre não só na turbulência de nossos universos particulares, no campo de nossas angustiadas batalhas e de nossos momentâneos apaziguamentos, mas também na alegria do lúdico inerente aos desafios a que nos propomos ao inventarmos realidades. (HUMBERTO, 2000, p. 18).

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre como os profissionais da área da saúde, a exemplo do psicólogo e terapeuta ocupacional, podem utilizar a ludicidade ao abordar a sexualidade. Um dos exemplos trazidos consiste na metodologia Lego Serious Play. A investigação inspirou-se em um projeto aplicado e observado pelos pesquisadores no ano de 2020. A pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, visa compreender a influência das atividades lúdicas no contexto da educação sexual no desenvolvimento de pessoas com TEA. O estudo utilizou a aplicação de questionários individuais aos responsáveis legais dos indivíduos diagnosticados com TEA, sendo 30 participantes, após a realização das atividades lúdicas com intervenções no contexto clínico através de blocos de montagem LEGO®.

Dessa forma, após esta introdução, a abordagem metodológica descreve os participantes do estudo, os critérios de inclusão e exclusão, e as etapas constituintes do método e instrumentos de coleta. Na sequência apresentamos o referencial teórico que aborda a importância do brincar para o desenvolvimento infantil, conforme os autores Vygotsky e Winnicott. Abordamos ainda a experiência do lúdico através do LEGO®, aplicado em pacientes em um Centro Especializado em Reabilitação, na região sul do país, com a temática “Autismo e Sexualidade”. O tópico seguinte analisa e discute os resultados. Por fim, nas considerações finais, retomamos o objetivo da pesquisa articulando-o aos principais achados, buscando fomentar novas inquietações investigativas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo consiste em um estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório, com intuito de refletir sobre como os profissionais da área da saúde, a exemplo do psicólogo e terapeuta ocupacional, podem utilizar a ludicidade ao abordar a sexualidade. Creswel (2007, p. 186), esclarece que “na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos”. Para a coleta dos dados foram aplicados questionários (GIL, 2008) semiestruturados a pessoas maiores de 18 anos, moradores de um município da região sul do Brasil, responsáveis legais por indivíduos menores de 18 anos com diagnóstico de TEA. O critério de inclusão foi a idade, bem como a aceitação voluntária após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O critério de exclusão foi a não adequação aos itens descritos anteriormente, ou ainda o entendimento pela não participação. O questionário foi encaminhado através de correspondência eletrônica para os participantes.

Foram selecionados 30 participantes. Os questionários respondidos foram em número de 28, com quatro questões objetivas, com a escala de respostas: sempre – quase sempre – às vezes – raramente – nunca. A análise dos dados deu-se por intermédio do exame minucioso das respostas dos questionários, à luz da teoria utilizada na pesquisa, tendo ainda o posicionamento dos autores, como orienta Bardin (2008) sobre a Técnica da Análise de Conteúdo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Autismo e Sexualidade

De acordo com Andrade (2014) e suas pesquisas, a palavra autismo, que foi cunhada inicialmente por Bleuler, formou-se através do termo “autoerotismo”, que foi usado pela primeira vez pelo médico e psicólogo britânico Havelock Ellis, nos seus estudos sobre sexualidade humana, com o objetivo de caracterizar “[...] um comportamento sexual de tipo infantil, em virtude do qual o sujeito encontra prazer unicamente com seu próprio corpo, sem recorrer a qualquer objeto externo” (ROUDINESCO e PLON, 1998, p. 46 citado por ANDRADE, 2014, p. 26). Podemos perceber então que a sexualidade faz parte da vida de todas as pessoas e é inerente a todo ser humano.

Para Carvalho (2020) a sexualidade é um conjunto de fatores mesclados de afetos e cuidados que envolvam papéis sexuais, orientação sexual, erotismo, prazer, amor, reprodução e envolvimento emocional. O seu desenvolvimento se inicia desde o nascimento, vinculando-se ao seu crescimento e moldando-se conforme a forma com que esta pessoa se relaciona com outras pessoas ao seu redor. A sexualidade possui um conceito muito abrangente, amplo e complexo, pois é um aspecto central do ser humano ao longo de sua existência, possuindo influência da cultura da pessoa e das experiências individuais vivenciadas por cada um (MAIA, 2010; MAIA, et al, 2015; MAIA, RIBEIRO, 2011). A Organização Mundial da Saúde (2002) salienta que “A sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida e inclui o sexo, gênero, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução.” (WHO, 2002, p. 5).

A sociedade brasileira em geral costuma apresentar um discurso errôneo em relação às deficiências, principalmente quando refere-se ao Transtorno do Espectro Autista, talvez pelo fato de não ter-se conhecimento das causas do mesmo e por haver poucos estudos relacionados ao assunto, o fato é que todos estão rodeados de discriminações, preconceitos e estigmas que desconsideram a existência de aspectos do desenvolvimento físico, psíquico, emocional e também sexual nestas pessoas (NASCIMENTO; BRUNS, 2019; NASCIMENTO, 2021).

A realidade da nossa sociedade impele para que se amplie o olhar com a intenção de modificar os pensamentos a respeito das deficiências e a sexualidade, pois independentemente de suas condições, todos são seres passíveis de concupiscências. De acordo com Bruns (2015), as pessoas têm a tendência de perceber um aprisionamento de limitações, adversidades, problemas e dificuldades que não as permite serem enxergadas como seres de/com desejos, de decisões e de escolhas apesar das controversas limitações. Percebe-se então que é necessário que se invista em políticas públicas que saiam do plano individual para o coletivo, educacional, político e sexual, alcançando o diálogo em todos os ambientes familiares e midiáticos, para estruturar novas e bonitas vivências de amor erótico para pessoas com ou sem deficiências.

Existem diferentes paradigmas que pesquisadores investigam referente à esfera psicossocial do autismo, ressaltando a necessidade de ampliar as pesquisas e estudos, examinando-os sob uma perspectiva externa e, principalmente, num âmbito pessoal, que leve em conta as experiências subjetivas dessa população especificamente (BRILHANTE, et al, 2021). A forma psicanalítica clássica que Leo Kanner iniciou e o avanço das neurociências culminaram numa gama múltipla de modelos que interpretam o autismo, através de diversas abordagens terapêuticas. Para Brilhante et al (2021), a grande maioria destas abordagens estão ancoradas nas terapias comportamentais e psicofarmacológicas, perscrutando sempre à procura do manejo, controle e da cura das peculiaridades autísticas, englobando também os denominados *comportamentos sexuais inapropriados*.

Maia (2009) diz que é necessário evitar as generalizações que são feitas a respeito das desvantagens e limitações que são ocasionadas por determinadas deficiências e levadas para áreas afetiva e sexual da vida da pessoa. Existe um quadro de invisibilidade que ocorre em desvantagem relacionado aos aspectos individuais e fases de desenvolvimento, focando apenas as suas dependências, limitações e atitudes infantilizadas (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014; FRANÇA-RIBEIRO, 2004). Em 2015 foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que relata os direitos das pessoas com deficiências em seus múltiplos aspectos e contextos relevantes pertinentes à sexualidade da pessoa com deficiência (OTTONI; MAIA, 2019). O artigo sexto designa que:

A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se e constituir união estável; exercer direitos sexuais e reprodutivos; exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária e exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

O adulto que tem a tutela da pessoa com deficiência ao qual é atribuído proteger e administrar bens e direitos civis desta pessoa, depois da LBI, traspassou a ser medida excepcional, afetando apenas os atos com relação à natureza negocial e patrimonial, e não tem direito ao corpo, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho, ao voto e a sexualidade (BRASIL, 2015). Favorecendo a ampliação de conhecimento é importante que as pessoas consigam acessar os seus direitos sobre sexualidade, pois “é preciso também orientar, e oportunizar a essas pessoas exteriorizarem desejos, afetos, dúvidas, medos, etc., para que eles aprendam a manifestar adequadamente esses sentimentos”. (MAIA, 2009b, p.144).

O casal Mary e Jerry Newport foram diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista quando ainda eram jovens, e, anos mais tarde, escreveram um livro sobre a própria descrição da experiência e do desenvolvimento afetivo e sexual, utilizando a seguinte analogia para começar a descrever sua vivência:

[A sexualidade] é uma importante dança de desenvolvimento para todos os jovens. É uma dança que grande parte das crianças autistas nem mesmo percebe até que seja óbvio para todo mundo já há bastante tempo. Então, eles querem dançar, mas perderam anos de aulas de pré-dança (NEWPORT; NEWPORT, 2002, p.1)

O casal Newport inicia dizendo que a sexualidade vai se formando com o passar do tempo através de comportamentos pré-requisitos, salientando que não é algo que acontece “naturalmente” e repentino na vida do adolescente autista (NEWPORT; NEWPORT, 2002). Ora, numa sociedade em que as informações e aprendizado sobre sexualidade ainda representam um tabu e há pouquíssimos programas que discutem o assunto com crianças e adolescentes, e que têm a concepção errônea de que comportamentos e repertórios simplesmente surgem sem que exista a necessidade de ensiná-los, já que os adultos o tratam como “natural e espontâneo”, a pessoa com TEA, que tem dificuldades de interpretar figuras de linguagem, sinais sutis e interações sociais encontra mais dificuldades no seu aprendizado, este modo de educação sexual informal não é eficiente.

Para Ottoni e Maia (2019), se o ensino a respeito dos comportamentos sobre a sexualidade fosse reestruturado, seria mais eficiente e bem-sucedido. Segar (2008) concorda com esta linha de pensamento e afirma que:

A coisa mais difícil em ser autista (ou ter Síndrome de Asperger) é que as pessoas esperam que você conheça regras e viva de acordo com elas tal como elas fazem, apesar de ninguém nunca ter dito nada a você sobre elas. Não há dúvida de que isso é extremamente injusto, mas infelizmente a maioria das pessoas não verá desta maneira, porque elas não entendem o problema” (SEGAR, 2008, p.11).

Outra perspectiva importante que deve ser levada em consideração no estudo da sexualidade das pessoas com TEA está relacionada ao aspecto da segurança e mobilização de habilidades sociais relacionadas ao cuidado protetivo. As crianças pequenas precisam de uma capacitação intensa e cuidadosa para quando chegar o período da puberdade, pois elas podem não estar preparadas para a participação de interações sociais, para eventuais acontecimentos efetivos e sexuais ou até mesmo no

contexto aparentemente mais simplificado das amizades e grupo identitário (NEWPORT; NEWPORT, 2002; OTTONI; MAIA, 2019; SEGAR, 2008). Além da própria família que as acompanha e conhece mais íntima e profundamente, são muitos os profissionais qualificados para auxiliar na orientação, que devem ter uma habilidade social para a compreensão e empatia, que consiga se colocar sob diversos pontos de vista e favorecer os vínculos dos seus relacionamentos.

3.1.1 O lúdico como metodologia de Ensino

Existe uma escassez de estudos e pesquisas, assim como metodologias de ensino e programas educativos específicos, que abranjam o Transtorno do Espectro Autista e a sexualidade, além de uma carência em relação aos direitos e vivências sexuais, ao acesso às informações, assim como vulnerabilidade relacionada à violência sexual (OTTONI; MAIA, 2019). Levando em conta estes fatores, Maia e Ribeiro (2010) fazem referência às crenças e quimeras que se atribui à sexualidade das pessoas com deficiência, incluindo as pessoas com TEA, sendo essencial desconstruir ideias equivocadas e necessário que se elabore ações políticas e metodologias adequadas que se voltem à necessidade concreta de ensino, informação e orientação destas pessoas. O lúdico é muito utilizado na prática docente como metodologia de ensino para promover a inclusão de pessoas com necessidades educacionais singulares. Para Almeida (2009, p. 1, citada por MARQUES, 2012, p. 82) o significado de lúdico é muito mais abrangente: “O lúdico tem sua origem na palavra latina ‘ludus’ que quer dizer jogo. O lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial da psicofisiologia do comportamento humano. De modo que a definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo”.

As atividades lúdicas trazem recursos diferenciados que ajudam a reabilitar socialmente e cognitivamente as crianças e adolescentes com TEA. Estas atividades pretendem promover benefícios e desenvolvimento nas funções cognitivas, como a atenção, memória, linguagem e percepção, podendo ser selecionadas em materiais didáticos e pedagógicos (NASS *et al*, 2019). De acordo com Bosa (2006) grande parte das crianças com TEA melhoram significativamente quando recebem cuidado e ensino adequado que priorize a etapa de vida em que se encontram. Por exemplo, para as crianças pequenas deve ser preferentemente ensinada a terapia da fala, da interação social e da linguagem; já a fase da adolescência pede atenção para as habilidades sociais e de grupos, a terapia ocupacional e a sexualidade; e na fase adulta pode-se dar destaque para as questões relacionadas à moradia e à tutela. A utilização de diversos materiais lúdicos permite a realização de atividades artísticas terapêuticas que podem mostrar informações a respeito da história, a expressão de sentimentos e emoções que, muitas vezes, oralmente a pessoa com TEA não consegue expor. Desta forma, a atividade lúdica entra em cena com o objetivo de resgatar a identidade do autista através da linguagem artística e outras formas expressivas que irão estimular sua consciência diante da vida e do mundo. (BOSA, 2006)

No contexto terapêutico, o modelo lúdico originou-se a partir do reconhecimento do potencial terapêutico que possui o brincar e frequentemente utiliza esses recursos no ensino de autistas, pois auxiliam e atuam como catalisadores dos processos de reestabelecimento de possíveis desorganizações

do cotidiano até melhora da saúde, na medida em que lhes permite o compartilhamento de experiências e ativa a criatividade, o cognitivo, o uso da linguagem, a expressão da sexualidade e outros. O objetivo do modelo lúdico é permitir à criança autista ter papel ativo na terapia, favorecendo o desenvolvimento da sua autonomia, e ao Terapeuta Ocupacional, uma abordagem holística que não sobrecarregue os pais. Brincar compreende atitude e ação, apesar de que é possível brincar sem ação. Na intervenção terapêutica é necessário desenvolver uma atitude lúdica que sustente sua ação, pois no modelo Lúdico, brincar é uma atividade própria da criança e tem grande significado para ela; nesse processo natural, ela desenvolve sua capacidade de adaptação, de interação e de autonomia, constituindo-se, então, em escolhas para abordagens totalizadas da criança (NASS *et al*, 2019).

Brincando a criança autista influencia seu ambiente interagindo com parceiros e assim o método lúdico de trabalho aborda a sua globalidade, no qual as suas dimensões psicossociais e físicas são observadas, e a concepção de brincar no quadro conceitual estimula o desenvolvimento das habilidades adaptáveis da criança frente às situações. Para Ferland (2006), a execução do Modelo Lúdico deverá ser adaptada à sua dinâmica. Nota-se que, como no Transtorno do Espectro Autista, na deficiência física e também na intelectual, a atitude de brincar não desaparece com a gravidade das limitações comumente, confirmando a validade das intervenções para estimular o desenvolvimento das esferas lacunares.

Enfim, o modelo lúdico propõe uma abordagem positiva em conjunto ao autismo, considerando suas habilidades e dificuldades, suas forças são solicitadas para vencer as dificuldades e desenvolver autonomia cotidiana de maneira leve, propondo ainda, abordar a criança autista por intermédio de atividades significativas para ela, já que a criança, mesmo limitada no seu deslocamento, pode apresentar atitude e interesse lúdico semelhantes aos das outras crianças e esses elementos são importantes se quisermos favorecer o crescimento, a evolução e a capacidade da criança com TEA de realizar atividades, tomar decisões, efetuar escolhas e descobrir o prazer de agir.

3.1.2 O Lúdico na aprendizagem da criança com Autismo: Metodologias Lúdicas para a educação sexual

A educação sexual das pessoas com TEA pode ocorrer de maneira informal, que são por meio dos discursos familiares que, muitas vezes são prejudiciais, pois são midiáticos, peçados de valores, regras e concepções atilada de estigmas pré-concebidos na sua criação; ou formalmente, de modo organizado e planejado para esta finalidade, através de aulas, cursos e programas de intervenção com pessoas capacitadas (MAIA, 2011; OTTONI; MAIA, 2019). A sexualidade, apesar de ser um processo complexo, ao mesmo tempo é natural e inerente a todos, pois mesmo que possa haver comprometimentos no seu desempenho decorrente de dificuldades emocionais, físicas e sociais, deve-se procurar transmitir à pessoa tranquilidade e discernimento para que ela buscar a satisfação na atividade sexual e realização pessoal. O Terapeuta Ocupacional vai se basear nos dados validados das contribuições científicas que expressam a sexualidade das pessoas com TEA, em casos com sucesso e experiências fracassadas já realizadas, para elaborar um planejamento de tratamento e intervenções em Educação Sexual específico

para cada pessoa. O intuito deste plano de tratamento é a educação, orientação e análise de todo o desempenho relacionado a sexualidade da pessoa com TEA, transmitindo ao menos informações e conhecimentos necessários para que viva sua sexualidade de forma saudável e tranquila, garantindo também o acesso a materiais informativos.

Para Nascimento e Bruns (2019) existem muitos estigmas e preconceitos que dificultam às famílias abordar um tema delicado como a sexualidade com seus filhos com TEA, pois frequentemente são visualizados como assexuados, mesmo que sua sexualidade seja reconhecida e percebida, visto que, geralmente, os pais são os cuidadores principais e auxiliam inclusive nas tarefas de higiene pessoal. A família, diante desta dificuldade em dialogar com os filhos autistas sobre o tema, ou por desconhecer métodos e materiais apropriados, ou por ignorar esta realidade, culminam por prejudicar os seus relacionamentos afetivos e sexuais, resistindo em procurar ajuda de profissionais como psicólogos e terapeutas ocupacionais.

Em relação ao contexto da educação sexual, diante da perspectiva de que a sociedade é que deve se modificar para acolher as diferenças e não o sujeito mudar para se adaptar à sociedade (MAIA, 2011), seria excelente se houvesse, realmente, extensas modificações sociais no tocante aos mitos, à desconstrução do preconceito e crenças a respeito da sexualidade e de afetos de pessoas com deficiência. Além disso, se poderia focar em um projeto de ensino relativo à temática com adaptações conforme as necessidades de cada um.

No Brasil, o TEA é visto como um conjunto de características específicas em correlação com o contexto no qual esta pessoa está introduzida e esse reconhecimento o faz ser considerado com “deficiência” através da Lei 12764/2012. Demorou para que isto acontecesse, foi um evento extemporâneo, visto que o autismo é reconhecido e debatido desde 1940 aproximadamente, e passou a disponibilizar subsídios referente a termos de direitos legais para a inclusão social desta parte da população. O Terapeuta Ocupacional e Psicólogo contribui de muitas formas para a educação sexual das pessoas com TEA e este processo pode ocorrer de forma organizada, planejada e formal, com o objetivo voltado para esta finalidade, através de aulas, cursos e por intermédio de programas de intervenção. A educação sexual é importante também para que a pessoa com autismo consiga discernir o certo e o errado, pois assim ela poderá perceber caso seja vítima de abuso sexual, já que estando informada sobre o assunto, conseguirá identificar as atitudes corretas e incorretas que supostamente venham a ocorrer.

Para Burton (*in* PEDRETTY; EARLY, 2004), o Terapeuta Ocupacional e o profissional de psicologia devem capacitar a pessoa a sentir que pode ser amada, elevar sua autoestima, perceber que está em busca da confirmação da sua própria sexualidade, direcionando de uma maneira positiva os seus sentimentos, o seu desejo e a sua atração pela outra pessoa. O terapeuta deve criar um ambiente seguro, que permita a confidencialidade, conforto e estimular a autoexpressão, pois desta forma estabelecerá um vínculo com esta pessoa, e ela se sentirá à vontade para dialogar sobre sua intimidade. A Terapêutica principal junto à pessoa com TEA é maximizar as suas habilidades, oferecer um sustentáculo

socioemocional, estimular a criação de estratégias para as demandas individuais e ambientais, e garantir que tenha direito ao seu próprio corpo e sua sexualidade, independentemente do grau de suas limitações, contrapondo a crença de que os autistas são “eternas crianças” (BRILHANTE; *et al*, 2021)

O papel do Terapeuta Ocupacional e Psicólogo na educação sexual das pessoas com TEA torna-se amplo, pois se estende das orientações à demanda de seu corpo e necessidades, às informações de caráter legal e seus direitos legais, até à adequação das relações de convívio deles com seus pares. Assim, torna-se pertinente analisar e compreender as intervenções da Terapia Ocupacional e da Psicologia, numa perspectiva teórica do Desenvolvimento Humano, já que amplia a sua visão para os elementos processo, pessoa, contexto e tempo, que podem interferir, prejudicar ou favorecer o desenvolvimento maturado das pessoas com TEA, estruturando ações e intervenções de cuidado efetivos e integrais, de acordo com a vontade da mesma para que tenha uma experiência plena e satisfatória (MAIA, 2011).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos dados coletados nos questionários aplicados, realizamos uma análise dos achados e passamos a discuti-los à luz da teoria pertinente. A partir desse exame, teve início a fase das inferências (BARDIN, 2008). Após a realização da atividade lúdica foi aplicado o questionário, cujas perguntas consistiram em: 1) Você considera relevante e/ou avalia de forma positiva a atividade realizada desta forma (lúdica) com o seu filho(a)? 2) Você avalia de forma positiva a convivência social do seu filho(a) após as atividades lúdicas? 3) O momento em convivência social, e com a utilização da metodologia lúdica contribuiu para o desenvolvimento pessoal do seu filho(a)? 4) As atividades bem como a metodologia aplicada têm relação com sua realidade no dia a dia? Como respostas, os participantes marcaram, de acordo com a sua percepção, as opções: “sempre”, “quase sempre”, “raramente” e “nunca”. Na sequência, fazemos a análise dos dados encontrados. O primeiro questionamento, que versa sobre a relevância da atividade lúdica conduzida, teve 92% de respostas “sempre”. Um ponto a ressaltar é que nenhum dos respondentes marcou a alternativa “nunca”.

Verificamos a avaliação positiva na realização da atividade lúdica como modelo de intervenção em um contexto de educação sexual. Observamos que as atividades lúdicas favorecem a convivência com sentimentos diversificados que são reflexos do seu interior, e é por meio das brincadeiras que expressam aquilo que teriam dificuldades. As brincadeiras ajudam as crianças na construção da criticidade, pois o faz-de-conta é um exercício psíquico-terápico que contribui para a construção do eu em consonância com a realidade social. Muitas leis foram elaboradas para assegurar os direitos da criança, especialmente no que tange o direito a brincar. O ato de brincar é tão importante para a criança que se tornou um direito garantido na Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), que apresenta o brincar como atividade muito importante no processo de desenvolvimento da criança. Sobre o brincar o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) garante o direito de “[...] IV brincar, praticar esportes e

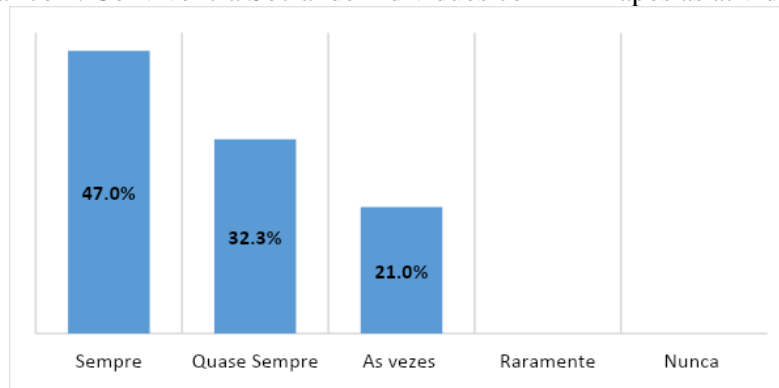
divertir-se; V participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI participar da vida pública na forma da lei; VII buscar refúgio, auxílio e orientação” (BRASIL, 1990, Art. 16).

Compreendemos que é assegurado à criança o pleno direito de brincar, o qual é fundamental para o seu desenvolvimento social, intelectual e afetivo, cooperando assim no processo de formação educacional da criança. O lúdico está presente em todas as fases do ser humano, sendo ingrediente indispensável nas relações, proporcionando a imaginação e a criatividade. Brincando a criança, sente-se livre a viver situações imaginadas sendo desafiada dessa forma, a estimular sua inteligência. Esta percepção dos participantes da pesquisa corrobora com a opinião de Santos (2001), cujo autor ressalta que, através do ato de brincar, as crianças conhecem a si mesmas e aos outros; resolvem seus conflitos, elevando a autoestima, desenvolvem novas habilidades, o potencial cognitivo, afetivo e psicomotor; interagem mais; baixam o nível de agressividade e se mostram mais confiantes no ambiente familiar e escolar.

As mudanças nas concepções de criança proporcionaram também o ampliar da visão dos seus direitos e da forma de educá-las. Acreditamos que, por meio delas, as crianças satisfariam em grande parte seus interesses e necessidades, expressando a forma como ordena, desorganiza, constrói e reconstrói o mundo. Diante dessas atividades essenciais à infância, ganha destaque o lúdico, visto, através dos jogos e das brincadeiras, como atividades inerentes à criança, sendo de suma importância trabalharmos a educação sexual através de metodologias lúdicas a crianças com o diagnóstico de transtorno do espectro autista.

A pergunta número 2, relacionada à avaliação sobre a convivência social após as atividades, teve um total de 47% de respostas “sempre” e 32,3% “quase sempre”. Mais uma vez, nenhum registro “nunca” foi auferido. O gráfico 1 ilustra a convivência social dos indivíduos diagnosticados com TEA após as atividades lúdicas desenvolvidas no ambiente clínico do universo da pesquisa.

Gráfico 1: Convivência Social de Indivíduos com TEA após as atividades.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

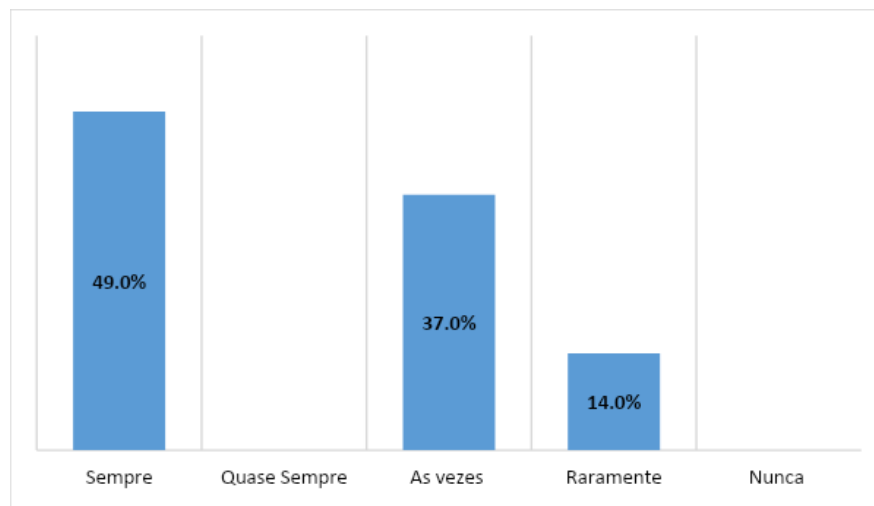
A análise das respostas obtidas torna perceptível uma estimativa positiva e otimista em relação à convivência dos grupos inseridos em um contexto clínico após o desenvolvimento das atividades com Legoterapia. De acordo com Vygotsky (1984) as fontes do conhecimento infantil são múltiplas, mas é

no ato de brincar que a criança, de forma privilegiada, apropria-se da realidade imediata, atribuindo-lhe significado. As brincadeiras permitem que a criança desenvolva imaginação, afetos, competências cognitivas e interativas, à medida que tem a oportunidade de vivenciar diferentes papéis. Outra importante função da atividade lúdica é a elaboração de conflitos e ansiedades, e a criança demonstra ativamente, enquanto brinca, o que sofre passivamente. Brincando, as crianças constroem seu próprio mundo, ressignificam e reelaboram os acontecimentos que deram origem à vivência e sentimentos.

Nosso entendimento caminha neste mesmo sentido, o qual pode ser comprovado pelas respostas dos participantes, uma vez que, como assevera Klein (1997), a criança expressa suas fantasias, seus desejos e as suas experiências da realidade de uma maneira simbólica, através de brincadeiras e jogos. A autora ressalta ainda que o brincar é o meio mais importante de expressão da criança, no sentido que, enquanto brinca, também conversa.

Referente ao questionamento de número 3 – sobre a percepção do momento em convivência social, e com a utilização da metodologia lúdica contribuiu para o desenvolvimento pessoal do seu filho(a)? -, obtivemos 49% de respostas “sempre” e 37% “às vezes”, 14% de respostas “raramente” - “quase sempre” e “nunca” não foi uma alternativa escolhida -. Isto significa que aproximadamente a metade dos respondentes considera que o convívio em grupo coopera de uma forma eficaz. O gráfico 2 representa esta proporção.

Gráfico 2: Percepção da convivência social com metodologia lúdica.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Mais uma vez as respostas convergiram no sentido de que a utilização da metodologia lúdica contribui para o desenvolvimento pessoal das crianças, apontadas no presente estudo. De acordo com Klein (1997), metodologias lúdicas favorecem a autoestima da criança e a interação com seus pares, propiciando situações de aprendizagem que desafiam suas capacidades cognitivas. Por meio do jogo simbólico, elas aprendem a agir, têm a curiosidade estimulada, adquirem iniciativa e exercitam sua autonomia. Os brinquedos são ferramentas e parceiros silenciosos que desafiam a criança, possibilitam

descobertas e a compreensão de que o mundo está cheio de possibilidades e de oportunidades para a expansão da criatividade.

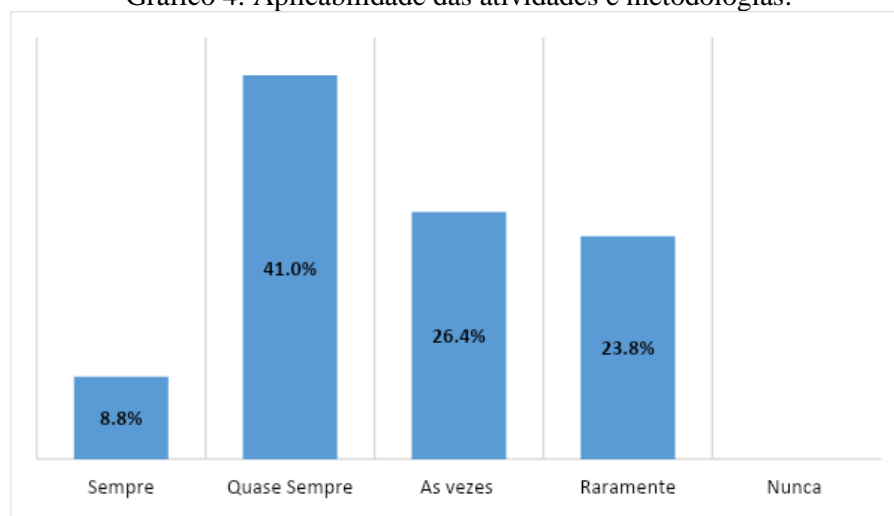
Como as crianças aprendem melhor brincando, deve-se ter cuidado para que sejam atividades significativas. O brincar proporciona aprendizagem e integra os alunos socialmente. Com a ludicidade espera-se que o professor consiga tornar suas aulas mais produtivas e estimuladoras. Segundo Pires (2008, p. 03),

Através de atividades lúdicas, como as brincadeiras, os jogos, as cantigas etc..., as crianças aprendem a refletir suas ações e a dos adultos, experimentam situações novas e criam soluções para os desafios do seu cotidiano. [...] O brincar é a forma de atividade humana que tem grande predomínio na infância e sua utilização promove o desenvolvimento dos processos psíquicos, dos movimentos físicos, acarretando o conhecimento do próprio corpo, da linguagem, da socialização e a aprendizagem de conteúdos de áreas específicas.

Tudo que é lúdico, divertido e alegre conquista as crianças. Mais do que isso, ajuda no desenvolvimento cognitivo. É por essa razão, que por meio da brincadeira, da diversão, da fantasia, elas adquirem os conhecimentos. E é uma necessidade básica da criança, ao brincar que se inicia a descoberta do mundo por ela mesma. Por meio do lúdico, a criança reproduz seu desenvolvimento cognitivo. Representa conceitos, tudo ocorre de modo que contribua para que a criança tenha aprendizagem em seu desenvolvimento.

A última questão referiu-se à aplicabilidade das atividades e metodologias ao dia a dia do paciente com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista. Como respostas, os participantes destacaram as alternativas “quase sempre”, com 41% e “Às vezes”, com 26,4%. A opção “sempre” contou com 8,8% das respostas. Dessa maneira, as respostas positivas correspondem ao mesmo índice de 76,2%, a exemplo das duas outras questões anteriores. O Gráfico 3 exibe as porcentagens destacadas.

Gráfico 4: Aplicabilidade das atividades e metodologias.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Sabemos que o lúdico faz parte da vida das crianças, independentemente da época, cultura e classe social, pois elas vivem num mundo de faz-de-conta, de encanto, de felicidade, sonhos, onde a realidade e a fantasia se confundem. O lúdico tem um papel importante, pois sua contribuição para o

processo de aprendizagem é no exercício da criatividade, construção do sujeito, respeito, a interação da criança com o meio social. Neste sentido, Vigotsky (1984, p. 134) entende que:

É como se ela fosse maior do que na realidade. Com o foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo uma grande fonte de desenvolvimento. Apesar da relação brinquedo – desenvolvimento, o brinquedo fornece ampla estrutura básica para mudanças das necessidades e da consciência.

Vygotsky (1984) define a brincadeira como criadora de uma “zona de desenvolvimento proximal”, que seria o caminho que a criança percorrerá para desenvolver funções que estão em processo de amadurecimento e serão consolidadas em um nível de desenvolvimento real. Isso ocorre, já que no brinquedo, a criança age como se fosse mais velha do que é realmente. Para este autor: “No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual da sua idade, além do seu comportamento diário, no brinquedo, é como se ela fosse maior do que é na realidade” (Vygotsky, 1984, p. 117). Assim, podemos entender que, quando a criança vivencia o lúdico e tem esse processo bem estruturado e presente no seu cotidiano, com essa atitude podemos originar processos construtivos e expressivos ao seu desenvolvimento cognitivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao manifestar a conduta lúdica, “a criança demonstra o nível de seus estágios cognitivos e constrói conhecimentos” (KISHIMOTO, 2008, p.32). Neste sentido, ao refletir sobre uma criança e na maneira como ela observa e constrói seu mundo, essa pesquisa objetivou uma ampla discussão que consolidam a educação do autismo.

A análise realizada possibilitou entender a importância da metodologia lúdica, inserida em contexto clínico, para uma aprendizagem significativa, abordando a temática entre autismo e sexualidade. Desta forma, é possível entender que metodologias lúdicas de ensino auxiliam a criança nesse processo de aprendizagem, já que ele proporcionará situações imaginárias em que ocorre o desenvolvimento cognitivo, como também, a socialização com pessoas, e isso trará uma contribuição para o crescimento da aprendizagem. A ludicidade, atualmente, é vista como uma poderosa ferramenta para o processo ensino-aprendizagem e para o desenvolvimento.

De acordo com essa afirmação, Kishimoto (2008) diz que o lúdico não pode ser visto apenas como divertimento ou uma forma para desgastar energia, mas que ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, social e moral. Desta forma, podemos perceber os benefícios que o lúdico pode trazer no processo de ensino aprendizagem, como no desenvolvimento de habilidades do pensamento, a imaginação, a interpretação, a tomada de decisão, a criatividade, o levantamento de hipóteses.

De acordo com Piaget e Kamii (1978), quando a criança brinca, imagina e assimila o mundo da sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois, sua interação com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui. O lúdico no universo do autista demonstra uma compreensão como sujeito de linguagem, como sujeito de direitos, dentre os quais o direito a aprender e se desenvolver plenamente. Nesse sentido, existem várias linguagens que fazem parte dos

direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças autistas e devem ser acolhidos pelas instituições responsáveis.

Com relação à aplicação do jogo lúdico, assim como coletado nas respostas dos questionários, uma interessante cifra de 78% apresentou-se em várias questões, reforçando a nossa concepção de que a metodologia lúdica se constitui em uma alternativa viável. Neste sentido, o lúdico desperta a curiosidade, a utilização da imaginação, as novas possibilidades, as experimentações, as descobertas efetuando um aprender prazeroso e desafiador.

Desta maneira, a dada pesquisa apresenta, pela representação dos indivíduos, trazida nas respostas coletadas e na fundamentação teórica visitada, os seguintes resultados: a) as atividades lúdicas podem desenvolver o relacionamento interpessoal; b) estimulam a criatividade e o desenvolvimento pessoal; c) as intervenções lúdicas atuam de forma positiva na integração de crianças diagnosticadas com TEA.

Como limitações deste estudo podemos citar a escassez de bibliografia em língua portuguesa, para o caso de haver interesse do público em geral acessar a matéria. Ainda assim, a maior parte das produções, em língua inglesa, está mais voltada à robótica. Por outro lado, as limitações são também um incentivo para pesquisas mais profundas a respeito do tema, ao que sugerimos a busca de dados empíricos mais robustos, o que poderia ocorrer com mais de um grupo. Neste sentido, uma sugestão interessante seria desenvolver um estudo comparativo entre equipes e perfis distintos, sejam estes de cunho econômico, social, de idade e/ou de gênero.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L.C.L. **O autismo como invenção da psicopatologia moderna**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

APA. American Psychiatric Association. **Diagnostic and statistical manual**. Third edition, revised. Washington, D.C.: Author, 1987.

BACKES, Bárbara; ZANON, Regina Basso; BOSA, Cleonice Alves. A relação entre regressão da linguagem e desenvolvimento sociocomunicativo de crianças com transtorno do espectro do autismo. **CoDAS**. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2013. p. 268-273.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s47-s53, 2006.

BRILHANTE, Aline Veras Moraes; FILGUEIRA, Leila Maria de Andrade; LOPES, Samuel Verter Marinho Uchôa; VILAR; Nathalie Barreto Saraiva; NÓBREGA, Lívia Rocha Mesquita; POUCHAIN, Ana Juarina Magalhães Verissimo; SUCUPIRA; Luiz Carlos Gabriele. “Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 417-423, 2021

CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

DANTAS, T. C.; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 4, p. 555-568, 2014.

FERLAND, F. **O modelo lúdico**: o brincar, a criança com deficiência física e a terapia ocupacional. 3 ed. São Paulo: Roca, 2006.

FRANÇA-RIBEIRO, H. C. F. Direitos sexuais e pessoas com deficiência: conquistas e impasses. In: RIBEIRO, P. R. M.; FIGUEIRÓ, M. N. D. **Sexualidade, cultura e educação sexual**: propostas para reflexão. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 9-65, 2004

GADIA, C.; ROTTA, N. T. Aspectos clínicos do Transtorno do Espectro Autista. In: ROTTA, N. T.; OLHWEILER, L.; RIESGO, R. S. **Transtornos da aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

HUMBERTO, Luis. **Fotografia, a poética do banal**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos tradicionais Infantis**: O jogo, a criança e a educação. Petrópolis: Vozes, 2008.

KLEIN, Melanie. Estágios iniciais do conflito edipiano e da formação do superego. In: E. Barros (Ed.), L. Chaves (Trad.). **Obras Completas de Melanie Klein** (Vol. 2, pp. 145-168). Rio de Janeiro: Imago, 1997.

MAIA, A. C. B. **Inclusão e Sexualidade**: na voz de pessoas com deficiência física. Curitiba: Juruá, 2011.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiência. **Revista Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 2, p. 159-176, 2010.

MAIA, A. C. B. Educação sexual de pessoas com deficiência mental. In: FIGUEIRÓ, M. N. D.; RIBEIRO, P. R. M.; MELO, S. M. M. (Org.) **Educação sexual no Brasil**: panorama de pesquisas do sul e do sudeste. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 141-148, 2009

NASCIMENTO, T.R.C. **A Família e a Educação Sexual de Filhos(as) com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Dissertação de Mestrado Profissional, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, SP, 2021, 207 p.

NASCIMENTO, T.R.C; BRUNS, M.A.T. A Família e a Sexualidade de Filhos(as) Autistas: o que a literatura científica nacional oferece? **RBSH**, v.30, n.1, 2019, p. 8-13.

NASS, I.R; ROSA, I.L; ROCHA, K.D; WECKER, L; GASTALDO, L.P; CARLESSO, J.P.P. A Caixa de MAX: Atividades Lúdicas para Crianças com Transtorno do Espectro Autista, **Res., Soc. Dev.**, V.8, N.1, 2019, p. 1-15.

NEWPORT, J.; NEWPORT, M. **Autism-Asperger's & sexuality** – puberty and beyond. Arlington, Texas: Future Horizons, 2002.

PIAGET, Jean; KAMII, Constance. What is psychology? **American Psychologist**, v. 33, n. 7, p. 648, 1978. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1979-22525-001> Acesso em agosto de 2021.

PIRES, Gisele Brandelero Camargo. **Lúdico e Musicalidade na Educação Infantil**. Indaial: Ed. ASSELVI, 2008.

SEGAR, M. **Guia de sobrevivência para portadores de Síndrome de Asperger**, 1997. Acesso em 15 de abril de 2021. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/08/GUIA-DE-SOBREVIVENCIA-DA-SINDROME-DE-ASPERGER.pdf>

SILVA, A.B.B; GAIATO M.B; REVELES L.T. **Mundo Singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

OTTONI, A. C. V; MAIA, A. C. B. Considerações sobre a sexualidade e educação sexual de pessoas com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. esp. 2, p. 1265-1283, jul. 2019.

VYGOTSKY, Lev S. **Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS. **Definition of Occupational Therapy**. Acesso em 15 de abril de 2021. Disponível em: <http://www.wfot.org/AboutUs/AboutOccupationalTherapy/DefinitionofOccupationalTherapy.aspx>